

Informativo Semanal

#COVID-19



AJUFE

02/07

Legítima defesa da honra é tema do novo episódio do Podcast Ajufe Mulheres em Debate

O Podcast Justiça Federal em Debate dá continuidade, nesta sexta-feira (02/07), à série "Mulheres em Debate", produzida pela Comissão Ajufe Mulheres. Nesse segundo episódio, a juíza federal Liz Azevedo conversa com a advogada e professora Soraia da Rosa Mendes, sobre a legítima defesa da honra e o significado da decisão do Supremo Tribunal Federal que proibiu o uso dessa tese em março deste ano.

No bate-papo, a jurista, que fez parte da revisão da ação protocolada ao STF, destaca os principais pontos da medida, os avanços e desafios relacionados aos direitos e memórias das mulheres.

[Continue lendo...](#)

01/07

Tribunal condena prefeitura de Palhoça à adotar medidas de preservação ambiental na Praia do Pontal

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu parcial provimento ao recurso do município de Palhoça (SC) e decidiu que os ranchos de pesca e de maricultura que comprovadamente são utilizados por comunidades tradicionais na praia do Pontal poderão ser mantidos. As outras medidas contra a poluição determinadas em primeira instância seguem valendo.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal. Em 3 de abril, a 6ª Vara Federal de Florianópolis condenou o município a realizar tratamento do esgoto, demolição de obras irregulares em área de preservação, descontaminação do Rio Furadinho, realocação de moradores para programas habitacionais e fiscalização contra novas construções. Em caso de descumprimento, foi estipulada multa de R\$ 500 mil.

[Continue lendo...](#)

30/06

Imóvel vinculado ao SFH não pode ser objeto de usucapião

A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região orienta-se pela impossibilidade de aquisição de imóvel residencial no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)

mediante usucapião, uma vez que a finalidade do imóvel é o atendimento à política habitacional do Governo Federal.

Assim decidiu a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que negou provimento à apelação da parte autora que, alegando preencher os requisitos da usucapião especial ((justo título, posse, transcurso de tempo e boa-fé), na forma do art. 183 da Constituição Federal e art. 1.240 do Código Civil de 2002, pretendia a propriedade plena do referido bem.

[Continue lendo...](#)

30/06

TRF4 mantém prisão de colombiano investigado por integrar organização de tráfico internacional de drogas

O desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou um habeas corpus (HC) e manteve a prisão preventiva do colombiano Alejandro Correa Aristizábal, investigado por crimes de tráfico internacional de drogas no âmbito da "Operação Enterprise", deflagrada pela Polícia Federal (PF). A decisão monocrática do desembargador, integrante da 8ª Turma da Corte, foi proferida na última semana (24/6). Aristizábal está preso desde fevereiro deste ano por ordem da Justiça Federal de Curitiba.

A "Operação Enterprise" foi deflagrada em novembro do ano passado para combater organização criminosa especializada no envio de drogas para a Europa. O inquérito policial foi instaurado a partir da apreensão pela Alfândega da Receita Federal no Porto de Paranaguá (PR) de 776 kg de cocaína em setembro de 2017. A droga estava escondida no fundo falso de um contêiner cujo destino seria a Bélgica.

[Continue lendo...](#)

30/06

Mantida a proibição de pesca em pontes que dão acesso à Florianópolis

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve a proibição de pesca nas pontes Colombo Sales, Pedro Ivo Campos e Hercílio Luz, que dão acesso a cidade de Florianópolis. A 3ª Turma da Corte determinou a adoção de providências para impedir a prática, tendo em conta o perigo que a atividade

pesqueira representa para o tráfego nesses locais. A decisão unânime foi proferida em sessão telepresencial de julgamento ocorrida no final de maio (25/5).

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a ação contra a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis, pedindo a proibição. Segundo o MPF, a pesca traz riscos à navegação e à integridade física de quem passa por baixo das pontes. O juízo da 6ª Vara Federal de Florianópolis decidiu pela proibição, e a União interpôs um recurso junto ao TRF4.

Continue lendo...

29/06

Participe da nova prévia do III Fonadirh!

A Ajufe continua promovendo a 3ª edição do seu Fórum Nacional de Direitos Humanos, por meio de prévias virtuais. O próximo encontro será no dia 8 de julho, a partir das 19h30, e debaterá o tema "Justiça de Transição: questões emergentes".

A atividade será mediada pelo juiz federal Pedro Bossi e contará com a presença, virtual, da ex-integrante da Comissão de Anistia e professora da FD/UnB Eneá de Stutz e Almeida, do advogado Renan Quinalha, do jornalista Rubens Valente, e da pesquisadora Máira de Oliveira Carneiro.

Continue lendo...

29/06

Após diálogo com parlamentares, Ajufe consegue que PL sobre perícias seja pautado na CCJ

O projeto de Lei 3914/2020, que dispõe sobre o pagamento dos honorários periciais dos médicos peritos da Justiça Federal, será pautado para a próxima quinta-feira (01/07), na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

A medida vem após intenso diálogo da Ajufe, acompanhada de representantes do Instituto Brasileiro de Perícia Médica, com parlamentares. Nesta terça-feira (29/06), o presidente da Ajufe, Eduardo André, e o vice-presidente na 1ª Região, Caio Marinho, reuniram-se com o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros, e novamente com a presidente da CCJ, deputada Bia Kicis.

Continue lendo...

29/06

Direito ao silêncio não se aplica a depoente na qualidade de testemunha contra quem não há investigação

Não pode a testemunha se calar perante a autoridade policial, sem justificativa cabível, sob pena de incidir no crime de falso testemunho descrito no art. 342 do Código Penal (CP).

Com esse entendimento, a Quarta Turma de Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), denegou a ordem de habeas corpus (HC) a dois impetrantes, também pacientes, que objetivavam o trancamento da ação penal.

Continue lendo...

29/06

Garantido a aluno com deficit de atenção o direito fundamental a curso superior

A sentença sob reexame necessário deferiu a segurança "para declarar a ilegalidade do ato de desligamento do impetrante do corpo discente da Universidade Federal de Lavras (Ufla) – MG, visto que não lhe foram proporcionados o atendimento e a execução de plano de desenvolvimento de educação inclusiva, para eliminar as barreiras que impedem seu aprendizado, violando o direito fundamental à educação".

O relator, desembargador federal João Batista Moreira, assinalou que o impetrante, diagnosticado com Distúrbio de Deficit de Atenção (DDA) e Hiperatividade, foi desligado do Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Especiais (PADNEE) da UFLA, "sem que esta avaliasse qual impacto o acompanhamento pelo PADNEE produziu no seu desempenho acadêmico".

Continue lendo...

29/06

Justiça Federal da 1ª Região adota medidas que reforçam segurança cibernética

Em observância ao Plano de Ação de Segurança Cibernética da Justiça Federal, instituído pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), a Justiça Federal da 1ª Região (JF1) tem adotado medidas que visam reforçar a segurança cibernética da instituição.

O Plano de Ação, que atende ao CJF e aos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus, estabelece as ações que devem ser implementadas pelas instituições em seis catego-

rias: Ações Iniciais; Atividades Críticas; Ativos de informação críticos; Plano de tratamento de riscos críticos; Monitoramento e Protocolo de investigação para Ilícitos Cibernéticos.

[Continue lendo...](#)

29/06

TRF4 suspende cobrança de dívida de hospital que atende pacientes com Covid-19 em Santo Ângelo (RS)

Na última semana (24/6), o desembargador federal Leandro Paulsen, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), decidiu que a dívida fiscal da Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo (RS) só poderá ser cobrada após o dia 31 de dezembro de 2021. Na decisão monocrática, o magistrado da 1ª Turma da Corte destacou que atualmente o hospital tem convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) e é referência para internação da população da região que necessita de tratamento para Covid-19.

A União ajuizou a ação de execução fiscal contra o hospital. A dívida soma mais de R\$ 790 mil em tributos. O juízo de primeira instância indeferiu o pedido da União de alienação judicial da unidade hospitalar, que recorreu ao TRF4. O Tribunal, então, suspendeu a execução fiscal até o final deste ano.

[Continue lendo...](#)

28/06

Justiça Federal ordena expedição de identidade de imigrante que não se vacinou contra a Covid por falta de documentos

A 3ª Vara Federal de Volta Redonda (Sul Fluminense) concedeu liminar determinando à Polícia Federal a efetivação do registro e a expedição da identificação civil de idoso que imigrou para o Brasil ainda na infância. Por não ter documento de identidade, o eletricista húngaro, de 72 anos, não conseguiu receber a primeira dose da vacina contra a Covid-19. O homem, que mora no município vizinho de Barra Mansa, chegou ao Brasil em 1957, aos oito anos de idade. Após a Revolução Húngara de 1956, veio com sua família na condição de refugiado, com base em salvo-conduto expedido pela Embaixada Brasileira em Roma.

[Continue lendo...](#)

28/06

Projeto de identificação das ossadas de Perus não terá aporte de R\$ 2,5 milhões de fabricante de automóveis

O projeto de identificação das ossadas encontradas em valas clandestinas no Cemitério de Perus, executado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), não receberá o aporte de R\$ 2,5 milhões da Volkswagen do Brasil S/A.

A doação seria viabilizada por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para finalizar três inquéritos civis instaurados com o objetivo de averiguar a responsabilidade da companhia na violação de direitos humanos no interior de suas indústrias no período da ditadura militar, de 1964 a 1985, especialmente em relação a seus antigos trabalhadores.

[Continue lendo...](#)

28/06

TRF3 restabelece benefício assistencial a jovem com deficiência física congênita

Decisão da Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) restabelecer o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a uma jovem que nasceu com problemas na medula espinhal e na coluna vertebral.

Segundo os magistrados, laudo médico pericial atestou a deficiência física congênita e o conjunto de provas demonstrou que a autora não possui meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela família.

[Continue lendo...](#)

28/06

TRF3 mantém condenação de contribuinte e contador por sonegação fiscal de R\$ 82,5 mil

A Décima Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve condenação de um contribuinte e um contador por prestarem informações fictícias em declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRFP), sonegando mais de R\$ 82,5 mil em tributos.

Para os magistrados, autoria e dolo ficaram comprovados. Documentos como representação fiscal para fins penais, cópias das declarações de ajuste anual, auto de infração e

demonstrativo do IRPF confirmaram a materialidade do crime contra a ordem tributária.

Continue lendo...

28/06

Mantida condenação de grupo ligado ao ex-deputado José Janene por lavagem de dinheiro proveniente do "Mensalão"

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve a condenação pela prática de crimes de lavagem de dinheiro de um grupo de familiares, de assessores e de empresários ligados ao falecido deputado federal paranaense José Janene em um caso envolvendo recursos financeiros ilícitos que foram obtidos no esquema de corrupção do "Mensalão". A 8ª Turma da Corte, após julgar os recursos de apelação dos réus, confirmou as penas privativas de liberdade e de pagamento de multas, apenas reduzindo os tempos de reclusão que haviam sido impostos pela sentença da primeira instância da Justiça Federal de Curitiba.

A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) em julho de 2012. Segundo o MPF, os líderes do Partido Progressista (PP) receberam, durante os anos de 2003 e 2004, pelo menos R\$ 4.100.000,00 oriundos do esquema de compra de apoio parlamentar.

Continue lendo...

28/06

Ministro Luis Felipe Salomão participa de podcast com Mara Luquet

A jornalista Mara Luquet, especializada em finanças e economia, e o doutor em Direito Processual, Dierle Nunes, debatem sobre a "Economia e tecnologias disruptivas" no podcast Conversa com o Judiciário. A mediação é do Ministro do STJ Luis Felipe Salomão.

A conversa traz assuntos relacionados às tendências tecnológicas, como inteligência artificial e a computação na borda, além do respeito aos direitos fundamentais no processo judicial eletrônico, as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os direitos dos trabalhadores de aplicativos e muito mais. O episódio estará disponível a partir de terça-feira (29/6) no Spotify e em outras plataformas de *streaming*.

Continue lendo...



AJUFE